



Dispõe sobre os fundos filantrópicos emergenciais.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

DA CONSTITUIÇÃO E DA ORGANIZAÇÃO DOS FUNDOS FILANTRÓPICOS EMERGENCIAIS

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a constituição, a organização e o funcionamento dos fundos filantrópicos emergenciais, entidades com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, a serem constituídas, em situações de necessidades emergenciais decorrentes de fatos ensejadores de decretação de calamidade pública, com o objetivo de arrecadar, gerir e destinar doações de pessoas físicas e jurídicas para programas, projetos e demais ações de interesse público, conforme estabelecido em seu estatuto social.

§ 1º Os fundos filantrópicos emergenciais, constituídos nos termos desta Lei, poderão apoiar quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que tenham sido afetadas por fato caracterizado como calamidade pública.

§ 2º O apoio será prestado diretamente ou mediante parceria estabelecida com organizações da sociedade civil ou públicas, conforme definição constante do estatuto de cada fundo filantrópico emergencial.

Art. 2º Do ato constitutivo e do estatuto social do fundo filantrópico emergencial deverão constar:

I – a denominação do fundo, que incluirá a expressão “fundo filantrópico emergencial brasileiro”;

II – o prazo de sua duração, que deverá ser determinado, podendo excepcionalmente ser prorrogado, em caso de necessidade decorrente do estado de calamidade a que esteja vinculado;

III – a finalidade de interesse público ou as causas a que se destinam as doações a serem captadas e geridas;

IV – seus beneficiários, que poderão ser pessoas físicas ou jurídicas, com ou sem fins lucrativos;

V – a forma de sua representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial;

VI – as regras concernentes à composição, ao funcionamento e às competências de sua Diretoria e de seu Conselho Fiscal, ou de órgãos análogos, sem prejuízo da previsão de outros órgãos, bem como ao prazo de mandato e à forma de eleição ou de indicação dos respectivos membros;

VII – os mecanismos de transparência e prestação de contas, conforme descritos no art. 3º;



VIII – a vedação de destinação de recursos a finalidade distinta da prevista em seu estatuto;

IX – as condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução, liquidação e transferência de patrimônio do fundo filantrópico emergencial, observado o disposto no Capítulo IV.

§ 1º A ata de constituição e o estatuto social do fundo filantrópico emergencial deverão ser registrados no Registro de Títulos e Documentos, o que será suficiente para o pleno início das atividades do fundo, e subsequentemente inscritos no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica da Receita Federal do Brasil e nas demais repartições públicas competentes.

§ 2º No prazo de até 6 (seis) meses, contado do registro no Registro de Títulos e Documentos, a ata de constituição e o estatuto social do fundo filantrópico emergencial deverão ser levados a registro em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, sob pena de suspensão de suas atividades, nos termos do § 1º.

§ 3º Eventuais prorrogações da duração do fundo filantrópico emergencial deverão ser feitas com observância das normas estatutárias, sempre por prazo certo e devidamente motivadas, com a exposição dos fundamentos pelos quais se fazem necessárias, devendo ser levadas a registro no prazo previsto no § 2º.

Art. 3º O fundo filantrópico emergencial:

I – manterá contabilidade e registros em consonância com os princípios gerais da contabilidade brasileira, incluída a divulgação em seu sítio eletrônico das demonstrações financeiras e da gestão e aplicação de recursos, com periodicidade mínima semestral, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal;

II – possuirá escrituração fiscal de acordo com as normas do Sistema Público de Escrituração Digital da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil aplicáveis à sua natureza jurídica e ao seu porte econômico;

III – divulgará em seu sítio eletrônico os objetivos alcançados e os relatórios de programas e projetos, com a discriminação, por projeto, dos valores despendidos e das atividades, obras e serviços realizados, com periodicidade mínima semestral, sob pena de responsabilidade, nos termos do art. 8º.

§ 1º Nos casos em que a duração do fundo não ultrapassar o semestre, a divulgação dos demonstrativos e relatórios previstos nos incisos I e III do **caput** deverá ser feita pelo menos uma vez, quando do encerramento do fundo.

§ 2º Nos casos em que constem do estatuto apenas as causas às quais se destinam as doações a serem captadas e geridas, o fundo filantrópico emergencial deverá divulgar em seu sítio eletrônico, juntamente com os relatórios de que trata o inciso III, o procedimento e os critérios utilizados para seleção dos beneficiários apoiados.

Art. 4º O patrimônio do fundo filantrópico emergencial não se confunde com o patrimônio dos respectivos instituidores e dos doadores, sujeitando-se a direitos e obrigações próprios, para todos os efeitos legais.

§ 1º Os instituidores, assim como os doadores, não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

§ 2º A autonomia patrimonial dos fundos filantrópicos emergenciais é um instrumento lícito para os fins de que trata o art. 1º desta Lei, somente aplicando-se a



desconsideração da personalidade jurídica para atingir os bens particulares daqueles que possuam poderes de gerência ou de administração e que comprovadamente praticarem os atos autorizadores da desconsideração, na forma do art. 50 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

CAPÍTULO II DOS ÓRGÃOS INTERNOS

Art. 5º O fundo filantrópico emergencial deverá ter uma Diretoria e um Conselho Fiscal, ou órgãos de atribuições similares, os quais terão seus membros eleitos ou indicados, na forma do respectivo estatuto social, podendo o próprio instituidor fazer parte de um desses órgãos.

§ 1º O estatuto social poderá prever outros órgãos, com competências estratégicas ou técnicas, e dispor sobre a possibilidade de os doadores comporem esses órgãos estatutários.

§ 2º O fundo filantrópico emergencial poderá remunerar, no máximo, 3 (três) membros, que atuem efetivamente na gestão executiva do fundo, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado para funções idênticas ou análogas, na região correspondente à sua área de atuação, devendo o valor de tal remuneração ser fixado pelo órgão de deliberação superior do fundo, se houver, ou pela própria Diretoria, ouvido o Conselho Fiscal, sendo em seguida consignado em ata, a ser levada a registro no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas competente.

Art. 6º Sem prejuízo de outras atribuições, compete à Diretoria do fundo filantrópico emergencial:

I – deliberar sobre as normas relativas à captação, gestão e utilização dos recursos doados ao fundo, bem como dar-lhes publicidade;

II – elaborar o relatório anual sobre a utilização e a gestão dos recursos do fundo;

III – elaborar as demonstrações financeiras e a prestação de contas do fundo, bem como aprová-las e publicizá-las, acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal;

IV – representar o fundo e praticar os atos necessários ao seu funcionamento regular.

Art. 7º Cabe ao Conselho Fiscal do fundo filantrópico emergencial emitir, enviar à Diretoria e publicizar parecer que versará sobre as seguintes matérias:

I – fiscalização da atuação dos responsáveis pela gestão do fundo, de acordo com suas normas internas;

II – avaliação anual das contas da organização gestora do fundo.

Parágrafo único. O Conselho Fiscal será composto por membros independentes que:

I – não acumulem os cargos de membro do Conselho Fiscal e de membro da Diretoria;

II – não sejam cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau, consanguíneos ou afins, de membro da Diretoria.



Art. 8º Os administradores somente serão responsabilizados civilmente por prejuízos causados por seus atos de gestão:

- I – que violem a lei ou o estatuto; ou
- II – em caso de dolo ou erro grosseiro.

CAPÍTULO III DAS RECEITAS E DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 9º Constituem receitas próprias do fundo filantrópico emergencial:

- I – os aportes dos instituidores do fundo filantrópico emergencial, se houver;
- II – as doações de recursos financeiros e de bens móveis e o patrocínio de pessoas físicas, de pessoas jurídicas privadas, nacionais ou estrangeiras, de Estados estrangeiros e de organismos internacionais e multilaterais;
- III – os ganhos de capital e os rendimentos oriundos dos investimentos realizados com seus ativos;
- IV – as demais receitas patrimoniais e financeiras;
- V – a venda de bens com a marca do fundo filantrópico emergencial ou a exploração de direitos de propriedade intelectual;
- VI – os recursos provenientes de outras fontes que tenham sido criadas para atender aos fins do fundo filantrópico emergencial.

§ 1º No instrumento de doação, o doador declarará expressamente que os bens doados não são produto de crime ou oriundos de atividades ilícitas e responsabilizar-se-á pelos efeitos decorrentes da falsidade da declaração.

§ 2º As doações ao fundo filantrópico emergencial não ensejarão nenhum tipo de distribuição de rendimentos ou de retribuição obrigacional, patrimonial ou financeira aos instituidores e doadores, que não serão responsáveis pelo uso dos recursos atribuídos ao fundo.

Art. 10. Os fundos filantrópicos emergenciais poderão captar recursos com os incentivos fiscais previstos:

- I – nos arts. 260, 260-A e 260-B da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, desde que estejam em conformidade com o mecanismo previsto pelo art. 260-I dessa Lei;
- II – nos arts. 18 e 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, desde que estejam em conformidade com o mecanismo previsto pelo inciso III do **caput** do art. 2º dessa Lei;
- III – no art. 1º da Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, desde que estejam em conformidade com o mecanismo previsto pelo art. 2º dessa Lei;
- IV – nos arts. 2º-A e 3º da Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, desde que a instituição apoiada tenha projeto específico aprovado junto aos Fundos Nacional, Estaduais ou Municipais do Idoso;
- V – no art. 4º da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, desde que estejam em conformidade com o mecanismo previsto pelos arts. 2º e 3º dessa Lei.

Art. 11. O fundo filantrópico emergencial poderá realizar doações, empréstimos e quaisquer outros tipos de atividades de fomento ou auxílio a seus beneficiários, onerosa ou



não onerosamente, para as quais poderá valer-se exclusivamente de propriedade privada própria ou de terceiros consensuais, sem a necessidade de nenhum ato público de liberação da atividade econômica, desde que observadas:

I – as normas de proteção ao meio ambiente, incluídas as de repressão à poluição sonora e à perturbação do sossego público;

II – as restrições advindas de contrato, de regulamento condominial ou de outro negócio jurídico, bem como as decorrentes das normas de direito real, incluídas as de direito de vizinhança; e

III – a legislação trabalhista.

Parágrafo único. As atividades do fundo filantrópico emergencial gozam de presunção de boa-fé quanto aos atos praticados no exercício da atividade econômica, devendo as dúvidas de interpretação do direito civil, empresarial, econômico e urbanístico ser resolvidas de forma a preservar a autonomia privada, exceto se houver expressa disposição legal em contrário.

Art. 12. Aos fundos filantrópicos emergenciais, constituídos nos termos desta Lei, aplica-se o disposto:

I – no **caput** do art. 5º da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, em relação aos rendimentos e ganhos auferidos na aplicação dos recursos do fundo filantrópico emergencial;

II – no art. 12 e no **caput** e § 3º do art. 15, todos da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997;

III – nos incisos III e IV do art. 13 e no inciso X do art. 14, todos da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001;

IV – no inciso III do § 2º do art. 13 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995;

V – na Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019.

Art. 13. O Ministério Público do Estado onde se situa o fundo filantrópico emergencial atuará, no âmbito de suas atribuições, na hipótese de irregularidade na aplicação de recursos públicos.

§ 1º Se o fundo se situar no Distrito Federal ou em Território, o encargo de que trata o **caput** caberá ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

§ 2º Se o fundo estender sua atividade por mais de um Estado, caberá o encargo, em cada um deles, ao respectivo Ministério Público.

CAPÍTULO IV DA LIQUIDAÇÃO, EXTINÇÃO OU DISSOLUÇÃO

Art. 14. Na hipótese de liquidação e dissolução do fundo filantrópico emergencial, o patrimônio líquido existente, observadas as regras estabelecidas no estatuto, deverá ser destinado:

I – a outro fundo filantrópico emergencial, constituído nos termos desta Lei;

II – a um fundo patrimonial, constituído nos termos da Lei nº 13.800, de 4 de janeiro de 2019;



III – a uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos e de interesse público, ou a um órgão público.

§ 1º A movimentação do patrimônio líquido do fundo filantrópico emergencial em processo de dissolução será bloqueada, assegurada a continuidade da destinação de recursos para execução dos objetivos previstos em seu estatuto até seu respectivo encerramento, e seu desbloqueio será vinculado à transferência do patrimônio nos termos do **caput** deste artigo.

§ 2º A deliberação sobre a extinção será fundamentada e tornada pública.

§ 3º A extinção do fundo somente poderá ser concluída após a aprovação das contas prestadas pelos administradores.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. As associações e as fundações privadas estão autorizadas a arrecadar recursos ou a reservar recursos próprios para submetê-los ao regime patrimonial de filantropia emergencial.

§ 1º Os recursos em regime patrimonial de filantropia emergencial são de propriedade da associação ou fundação arrecadadora, mas estão submetidos às seguintes regras:

I – sujeição ao regime de patrimônio de afetação, aplicado, no que couber, o disposto no art. 4º desta Lei;

II – obrigatoriedade de separação contábil dos recursos em relação aos demais ativos da entidade instituidora;

III – proibição de utilização dos recursos em proveito da entidade instituidora, salvo para custeio das despesas que tenham conexão direta com a finalidade dos recursos sob regime de filantropia emergencial;

IV – aplicação das regras previstas para os fundos filantrópicos emergenciais relativas à gestão, à publicidade, à fiscalização e à destinação dos recursos em caso de extinção, especialmente as dos arts. 3º, 8º, 11, 13 e 14;

V – obrigatoriedade de haver um conselho fiscal, ao qual se aplicará o disposto no art. 7º desta Lei;

VI – averbação do termo de instituição do regime patrimonial de filantropia emergencial no órgão de registro público em que estiver registrado o ato constitutivo da entidade instituidora.

§ 2º O termo de instituição do regime de filantropia emergencial deverá conter, no mínimo, estas informações:

I – a denominação do regime patrimonial de filantropia emergencial, que incluirá, no mínimo, expressa referência ao nome da entidade instituidora;

II – a menção de que a propriedade dos recursos é da entidade instituidora, que, por esse motivo, é quem figurará como parte em atos jurídicos relativos a esses recursos;

III – as regras concernentes à composição, ao funcionamento e às competências dos órgãos da entidade instituidora relativamente ao regime patrimonial de filantropia emergencial;

IV – as informações indicadas nos incisos II, III, IV, VII, VIII e IX do **caput** do art. 2º desta Lei.

§ 3º Estendem-se as regras tributárias e administrativas para as arrecadações e a gestão dos recursos submetidos ao regime de filantropia emergencial, especialmente as regras dos arts. 10 e 12 desta Lei.

§ 4º Na hipótese de extinção do regime de filantropia emergencial, o patrimônio que lhe esteja vinculado receberá a destinação prevista no art. 14 desta Lei, assegurado, porém, o direito da fundação ou associação arrecadadora de reaver os valores dos aportes que houver feito do seu patrimônio pessoal, atualizados monetariamente.

Art. 16. O **caput** do art. 44 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VII:

“Art. 44.

.....
VII – os fundos filantrópicos emergenciais.

.....” (NR)

Art. 17. A Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 114.

I – os contratos, os atos constitutivos, o estatuto ou compromissos das sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, bem como os das fundações, das associações de utilidade pública e dos fundos filantrópicos emergenciais;

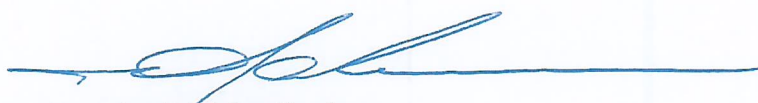
.....” (NR)

“Art. 120. O registro das sociedades, fundações, partidos políticos e fundos filantrópicos emergenciais consistirá na declaração, feita em livro, pelo oficial, do número de ordem, da data da apresentação e da espécie do ato constitutivo, com as seguintes indicações:

.....” (NR)

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com exceção do art. 10 e do inciso I do art. 12, que entram em vigor no primeiro dia do ano-calendário seguinte ao de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de maio de 2021.



Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal